

Conhecimento e formação de um pensamento crítico como resistências

Resenha do número especial da revista *Avaliação (Campinas)* [online]. 2014, vol.19, n.3, 2014 - Seminário Internacional de Educação superior – Formação e conhecimento.

Milena Pavan Serafim

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

milenaserafim@gmail.com

A obra apresentada nesta resenha reúne os textos produzidos por autores e palestrantes do Seminário Internacional de Educação Superior, realizado nos dias 26 a 28 de outubro de 2014, e publicados em edição especial pela Revista Avaliação – Revista da Avaliação da Educação Superior. O referido Seminário teve como objetivo debater a problemática da formação – seja de estudantes, de professores da educação básica e/ou de professores/pesquisadores da educação superior – e da geração e apropriação do conhecimento, frente ao crescente engajamento das Instituições de Ensino Superior (IES) em atividades associadas ao mercado global, com práticas de cunho instrumental-utilitarista.

Ainda que a aproximação das IES públicas com o mercado sempre tenha existido, essa aproximação foi institucionalizada nas últimas décadas, apresentando reflexos que perpassam desde a criação de novos cursos, as propostas curriculares, as rotinas de pesquisas e de geração de conhecimento, até a estrutura organizacional das instituições (SLAUGHTER, LESLIE, 1997; SLAUGHTER, RHOADES, 2004; SERAFIM, 2011). Ao contrário das IES públicas norte-americanas, que perderam significativamente o suporte do Estado nessas últimas décadas e passaram a estabelecer uma forte relação com o setor privado como fonte de renda, as universidades públicas latino-americanas emularam essa relação e a implementaram sem levar em consideração reflexões de intelectuais da região sobre o assunto, em particular no que diz respeito ao papel da universidade e sobre as especificidades históricas, políticas e socioeconômicas que condicionam a realidade latino-americana.

Neste sentido, a atualidade do debate proposto pelo seminário para o campo da educação superior mostra a relevância e pertinência da coletânea de textos do número especial da revista *Avaliação* para as reflexões – tão necessárias – a respeito da universidade latino-americana. Para facilitar a compreensão e destacar a importância de cada um dos textos, apresentaremos brevemente os 12 artigos publicados pela revista.

O primeiro artigo – *La universidad en la sociedad del conocimiento: hacia un modelo de producción y transferencia de conocimientos y aprendizajes* – de Axel Didriksson Takayanagui, apresenta a necessidade da universidade em incorporar processos cognitivos sustentáveis e em transitar de um modelo de universidade profissionalizante, disciplinar, linear e utilitarista - Modo 1-, prevalecente hoje, para uma universidade interdisciplinar e transdisciplinar - Modo 2 (GIBBONS et al., 2007), que seja capaz de gerar dinâmicas que impulsionem a conformação de uma sociedade democrática do conhecimento, mais justa e equitativa, capaz de impulsionar uma mudança social e econômica, etc. A contribuição da universidade para um desenvolvimento mais inclusivo e justo se dará quando a qualidade e a pertinência se tornarem um princípio ordenador nas instituições, nos processos de produção do conhecimento e no fortalecimento de uma formação cidadã ativa, crítica e participante.

O segundo artigo – *Tecnociência, pensamento e formação na educação superior* de Pedro Goergen – vai ao encontro do primeiro, pois busca contribuir com o debate

reflexivo acerca da relação entre conhecimento, pensamento e formação, no contexto da educação superior. O enquadramento da universidade na lógica do mercado e da utilidade, legitimada pela ideia de êxito nas últimas décadas, arrebatou, como mostra o autor, a independência do pensamento e seu poder de resistência crítica. Como forma de resistir às características utilitaristas e mercadológicas das atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, Goergen destaca a necessidade da formação crítico-reflexiva dos docentes e, por consequência, dos estudantes. Ressalta, ademais, que o pensamento crítico é condição inerente à compreensão da própria razão humana e ao desvelamento das tensões e contradições do desenvolvimento científico-tecnológico.

Dando prosseguimento ao debate, com foco nas questões relacionadas à formação, o trabalho de Carlos Cullen, *El conocimiento "forma" cuando se sabe "deformado" por el suelo que habitamos*, também discute conhecimento e a formação crítica como formas de resistência ao pensamento único e a um único entendimento do sujeito e dos fatos. O trabalho reconhece a importância do conhecimento na formação de um pensamento crítico. Este é apresentado pelo autor como uma racionalidade dialética, hermenêutica e ético-política. Isto é, a formação crítica é, além de teoria e prática, responsabilidade da universidade.

Já Carlos Roberto Jamil Cury apresenta, em *Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas*, a problemática da mercantilização do conhecimento via expansão privada do sistema brasileiro de educação superior. Apesar dos princípios do modelo humboldtiano, sob os quais nossas universidades se constituíram, as IES privadas obedecem cada vez mais à lógica dos conglomerados financeiros do que educacionais e expandem suas vagas sob a forte presença de determinantes de uma competição própria do sistema contratual de mercado, em que há uma constante aplicação pragmática dos conhecimentos.

O quinto artigo, *Las TIC, el proceso del conocimiento y las competencias docentes*, de Augusto Perez Lindo, trata de mostrar os efeitos das tecnologias da informação e comunicação na educação em geral, no processo de geração e apropriação do conhecimento e, em particular, no ensino e na aprendizagem. Três efeitos das TICs foram explorados pelo autor. O primeiro se refere aos efeitos da internet sobre os sujeitos e a subjetividade. Alguns exemplos podem ser observados, quanto à alteração do funcionamento dos sentidos, em experiências de pessoas com deficiência visual que passam a enxergar e pessoas com deficiência auditiva que passam a escutar. Paralelamente a isso, observa-se um fenômeno denominado de memória exogâmica, em que o indivíduo não necessita mais memorizar as informações, pois agora as informações se encontram disponíveis em arquivos eletrônicos. Surge também uma sociabilidade virtual, através das redes sociais eletrônicas, que modifica as relações humanas, assim como os próprios sujeitos. Entretanto, os feitos da internet podem gerar um processo de massificação do pensamento, sem nenhum caráter crítico. Outro efeito dessas tecnologias diz respeito a sua capacidade de armazenar informações, dados e boletins periódicos. O fenômeno *wikipedia*, por exemplo, fez com que a famosa Enciclopédia Britânica deixasse de ser impressa. E, por fim, o último efeito se refere ao impacto na língua e na linguagem. Enquanto uma criança passa muitas mil horas na frente da televisão e do computador, o autor coloca que o capital linguístico do ingressante na universidade nos últimos tempos é de 300 palavras, em contraposição a 1.500 palavras que um aluno egresso do ensino fundamental deveria ter.

José Dias Sobrinho, em seu artigo *Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento*, inicia seu texto conformando o cenário de incertezas, exclusões sociais, assimetrias culturais, globalização da miséria, ilhas de prosperidade, crescimento da capacidade de consumo e impressionantes avanços

científicos e tecnológicos atrelados a grupos específicos. Essas contradições, fomentadas por um modelo de desenvolvimento que prioriza o mercado como meio de organizar a sociedade, assumem um espaço no âmbito da universidade e vem delineando a educação superior. A disputa entre modos distintos de produção e apropriação do conhecimento, a reflexão acerca do papel da universidade e capitalismo acadêmico e o embate presente na educação superior entre um modelo que prioriza a capacitação profissional e fortalecimento da economia como fins em si mesmos e um modelo que prioriza a formação integral do cidadão e da construção de uma sociedade mais justa e democrática são os principais pontos abordados pelo texto, cuja contribuição e análise sobre esses pontos são valiosas. Por fim, sendo a universidade lócus que espelha as disputas na sociedade, o autor nos convida a repensar o papel e a natureza pública da universidade, que produz e dissemina o conhecimento como direito social e bem público, e a disputar o próprio significado que tem assumido no contexto de afirmação de uma “sociedade do conhecimento”.

No artigo *Universidad, sociedad e conocimiento: reflexiones para el debate*, Norberto Fernández Lamarra apresenta alguns desafios que tanto as políticas de educação superior quanto as próprias IES devem levar em consideração para definir suas estratégias de atuação frente às novas responsabilidades e demandas que a sociedade do conhecimento e as novas tecnologias lhes têm imposto. Diferentemente dos outros autores, que tecem seus textos no sentido de uma “análise da política universitária”, Lamarra, ao propor um conjunto de desafios a ser debatido internamente com a comunidade acadêmica e com atores externos, caminha para uma perspectiva mais normativa e propositiva de “análise para a política universitária”, extremamente importante para a implantação de uma nova reforma universitária.

Jorge Olímpio Bento, em seu texto *Do estado da universidade: metida num sarcófago ou no Leito de Procrustes?*, é extremamente provocador ao defender que a universidade, atualmente, está abandonando sua missão tradicional e seus princípios fundadores, seja por ação/vontade própria ou por omissão (analogia com o sarcófago ou o leito de procrustes). A captura da universidade para fomentar um modelo de desenvolvimento e sociedade, pautado pelos interesses do mercado, está constrangendo-a a ser um instrumento dos “potentados financeiros e mercadológicos”. O autor demonstra isso ao revelar mudanças na organização e nas orientações das universidades, assim como na oferta e no perfil de cursos que estas vêm reforçando. Neste sentido, a universidade sendo co-responsável pelas contradições inerentes a esse modelo de desenvolvimento está a perder sua identidade e seu protagonismo crítico.

O artigo *O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*, de Dilvo Ristoff, analisa o impacto das políticas públicas educacionais na alteração do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação. A partir do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), o autor analisa quatro categorias do questionário socioeconômico: 1. A cor do estudante; 2. Renda mensal da família; 3. Origem escolar do estudante; 4. Escolaridade dos pais. Destacamos algumas das conclusões do autor: ainda persiste uma assimetria relativa entre os percentuais de estudantes de cor branca e de cores pretas e pardas, em comparação com a média da sociedade brasileira; assim como há uma expressiva distorção ao acesso aos cursos por famílias mais abastadas, mesmo que tenha tido uma diminuição percentual de estudantes advindos de famílias de alta renda. A origem social, a situação econômica e a escolaridade da família do estudante são fatores determinantes no perfil que acessa a universidade pública brasileira.

Caminhando na mesma perspectiva de análise do artigo anterior, Waldemar Marques, em *Brasil, terra de contrastes*, analisa os impactos das discontinuidades do

Estado brasileiro, em especial das políticas de educação nos diferentes níveis. O artigo apresenta uma contextualização histórica dos contrastes sociais brasileiros e de seus respingos nas políticas de educação, que podem ser visualizados no analfabetismo funcional, na exclusão racial das universidades e em uma universidade desconectada dos problemas da sociedade, disfuncional a ela e isolada em suas ilhas de excelência.

No artigo *Conhecimento em educação: um olhar desde o estudo sobre redes de pesquisa e colaboração ou os sapatos da educação*, de Denise Leite, a autora parte de uma pergunta orientadora para discorrer sobre o tema: como se produz conhecimento em rede na área da Educação? A partir da análise de redes sociais (ARS), que investiga a produção do conhecimento por meio das interações e inter-relações entre pesquisadores, grupos de pesquisas e projetos de pesquisas, o artigo apresenta as especificidades de redes de pesquisa e colaboração em Educação, no processo de produção do conhecimento, as comparando com outras áreas do conhecimento. Diferentemente de outros grupos, como a engenharia e a física, por exemplo, a percepção por parte dos pesquisadores da educação sobre redes de pesquisa e de colaboração nos mostra a existência de um pré-conceito bastante presente e arraigado. Enquanto o físico está dialogando com o matemático, com o economista, o programador, etc., o pesquisador da educação está entre “irmãos”, não querendo se “subordinar” a mecanismos de diálogos, por entender que essas colaborações são mecanismos apenas de ampliar a produtividade, e não mecanismos de produção do conhecimento e de formação crítica também.

Por fim, o último artigo – *Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores?* – de Maria Isabel Cunha, aborda a temática da formação de professores, mas em especial afirma que a formação continuada desses professores deve estar inserida em uma instituição “aprendente”, ou seja, inserida em uma ação em curso (em uma experiência prática). A autora mostra que a lógica da formação exclusivamente em uma perspectiva teórica, desconectada de saberes contextuais da prática, se mostra inadequada e ultrapassada. Por conta da dificuldade dos professores em transitar de uma dimensão teórica para uma prática e vice-versa, os estudos da área vêm preconizando uma formação que regresse aos espaços de trabalho como elemento formativo. Cunha reconhece a importância da formação teórica, como mobilizadoras de reflexões, mas ressalta que essa formação deva estar inserida em uma perspectiva contextual, permitindo que os professores produzam conhecimentos próprios.

É perceptível nas obras dos autores um forte engajamento em prol de uma universidade pública, na qual suas prioridades sejam a formação crítica e integral dos cidadãos, em contraposição à capacitação profissional e fortalecimento da economia como fins em si mesmos, a qualidade e a pertinência como princípios ordenadores da produção do conhecimento e a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Isto é, os autores nos convidam a repensar o papel e a natureza pública da universidade como direito social e bem público.